

# Fim de doações ajuda mulheres na disputa eleitoral, diz Vanessa Grazziotin

**(Vermelho, 22/03/2015)** A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acredita que o fim das doações de campanhas por empresas pode tornar as disputas mais equilibradas, principalmente para as mulheres que hoje figuram em segundo plano. A declaração foi feita em entrevista ao jornal A Crítica na semana em que a Procuradoria Especial da Mulher no Senado e a Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados realizou um conjunto de atividades pelas comemorações do Dia Internacional da Mulher, ocorrido em 8 de março.

A senadora Vanessa, que é a procuradora da Mulher no Senado, anunciou que a bancada parlamentar feminina vai priorizar a reforma política com uma defesa intransigente da cota de gênero de pelo menos 30% das vagas nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.

A procuradora da Mulher no Senado fala da necessidade da reforma política e da manutenção da pauta feminina dentro e fora do Parlamento brasileiro para que o empoderamento da mulher seja uma realidade efetiva. A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Jornal A Crítica: A pauta feminina, que defende os direitos da mulher, vem ganhando cada vez mais espaço no Congresso Nacional e na sociedade. Essa luta no Brasil não é de agora. Em que momento ela se intensifica?**

Vanessa Grazziotin: A partir da redemocratização, no pós-ditadura (a partir de 1986), as mulheres tiveram uma participação muito firme nesse processo. Dali nasceram os conselhos municipais e estaduais dos direitos da mulher até chegar ao âmbito federal, com um ministério específico, que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres, ligada diretamente à Presidência da República. Começa aí a construção de espaços que garantisse não apenas igualdade, mas segurança, saúde e oportunidades para as mulheres. Uma das orientações era institucionalizar a luta das mulheres.

**O que significa essa institucionalização?**

É trazer o poder público para a nossa luta. Muita gente achava que devíamos continuar com as nossas entidades feministas, como os conselhos dos direitos da mulher e nada mais. Mas fomos além. Como uma política de Estado, foram criadas as secretarias municipais e estaduais para as mulheres, uma forma de colocar o poder público na luta em favor das mulheres, da igualdade entre homem e mulher.

**E quando esse movimento organizado chegou às Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e ao Congresso Nacional?**

Faz tempo que nos organizamos como bancada feminina. Lembro-me que na Constituinte, eu vinha para o Congresso Nacional fazer lobby pela Educação, existia a “bancada do batom” que atuava no lobby pelos direitos da mulher. Quando cheguei à Câmara dos Deputados (1999), a gente se uniu como gênero, mas mesmo assim percebíamos que a bancada feminina ainda tinha que pedir favor para tudo; vimos que aquilo porque a gente lutava e pedia ao poder público não olhava nem lutava dentro da nossa própria Casa. Aí, surgiu na Câmara a

Procuradoria da Mulher, que hoje é uma Secretaria com maior estrutura e, em 2013, conseguimos instalar a Procuradoria da Mulher no Senado. Agora, essas instituições não são mais um espaço apenas de debate, como nas comissões, mas de execução efetiva de políticas públicas em defesa das mulheres. A nossa luta não tem uma bandeira política nem ideológica. A nossa luta tem a bandeira da igualdade porque a nossa história está recheada de discriminação e opressão.

### **E esse movimento da bancada parlamentar feminina tem conseguido vitórias?**

A gente vem, sim, alcançando vitórias importantes, como no âmbito da segurança, porque a violência contra a mulher é consequência do preconceito. A Lei Maria da Pena é uma dessas conquistas que trata, tipifica e reconhece a violência doméstica contra a mulher. Essa lei trabalha as causas e as consequências dessa violência, pune o agressor e ajuda os agredidos, mas para ser completa ainda precisa muito de investimento público. Mas também existem outras leis. A presidenta Dilma acaba de sancionar a Lei do Femicídio que vai dar visibilidade àqueles crimes cometidos especificamente contra as mulheres, aquelas mortes ocorridas não porque ela roubou, matou ou agrediu, mas pelo fato de ela ser mulher.

### **Esse reconhecimento de crime hediondo parece estar tomando conta de diversos outros países, tanto que as Nações Unidas estão discutindo esse tema, não é verdade?**

E essa luta não é somente do Brasil. Tornar crime hediondo o feminicídio é uma luta que acontece no mundo inteiro. Agora, nesse mês de março, mês da mulher, a ONU está fazendo esse debate com organizações e representantes de vários países para que o feminicídio seja reconhecido. Os nossos vizinhos da América Latina já adotaram e agora o Brasil dá esse passo.

### **E como está a campanha “Mais Mulheres na Política”? Quais movimentos as representações femininas, na Câmara e no Senado, estão fazendo para intensificar a participação das mulheres no poder?**

Outra vertente importante nessa luta, além do combate à violência, melhores condições de saúde, segurança, direitos iguais e que consideramos fundamental, tanto que elegemos como prioridade este ano de 2015, é a luta pelo empoderamento, por mais espaço da mulher na política. Apesar das mulheres serem 52% do eleitorado de nosso País, estamos em apenas 10% dos assentos nos parlamentos municipais, estaduais e o no federal. Estamos trabalhando, começamos a colher assinaturas pelo Brasil afora para aprovarmos o projeto de lei de iniciativa popular em que pelo menos 30% dos assentos nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional sejam ocupados por mulheres.

### **Não se trata da quota de 30% destinada às mulheres para concorrer a um cargo eletivo. Essa norma já existe e os partidos são obrigados a cumprir. Não é verdade?**

Essa proposta que estamos defendendo na reforma política é uma cota de gênero e não de candidatura. Ela pode ser tanto para homem quanto para mulher. Quem atingir primeiro a sua cota, fica com a representatividade garantida. Hoje, como a maioria dos parlamentares é homem, estamos propondo 70% das vagas para o gênero masculino e 30% para o feminino. Se um dia, conseguirmos virar o jogo, nós mulheres poderemos ocupar a maioria dessa cota. Para se ter uma ideia, hoje a mulheres senadoras representam apenas 16% dos 81 membros da Casa e as deputadas federais, 9,94% do total de 513 deputados. No México, a participação da mulher no Parlamento é de 37%, na Argentina, 36% têm essa quota. Na Europa, não tem essa previsão legal, mas os partidos estabelecem alternância de gênero nas listas de candidatos.

Para cada homem candidato há também uma mulher presente. Portanto, precisamos garantir efetivamente mais espaço no Parlamento brasileiro.

### **E como o “Parlamento masculino” do Brasil recebeu essa proposta de 30% das cadeiras serem para as mulheres?**

O debate está iniciando, mas é claro que não receberam com bons olhos. Estive recentemente em cidades do interior do Amazonas para debater a reforma política e explicar o projeto e, no encontro político, eles me questionaram: “a senhora quer desempregar os vereadores, senadora?”. Veja bem a compreensão. Primeiramente, mandato não é emprego, mas representação da sociedade. O ideal é que negros, brancos, pobres, ricos, operários, todos os segmentos tivessem essa representatividade nos Parlamentos.

### **A senhora acredita que a reforma política será aprovada? E quais pontos são essenciais para que ela funcione efetivamente?**

Na minha concepção de reforma política, o primeiro ponto é acabar com as doações de campanha por empresas. Elas desequilibram a disputa e a representatividade democrática. Particularmente, defendo o financiamento público de campanha, mas nesse momento a população não aceitaria. Dentro dessas limitações, acho que as doações continuem a ser privadas, mas por pessoas físicas e com um teto, um limite a ser estabelecimento. E por outro lado, os fundos partidários, hoje existentes, continuariam. Proibindo as doações por empresas, as campanhas vão ficar mais baratas, as disputas mais equilibradas especialmente para as mulheres que sempre são postas em segundo plano na hora da distribuição dos recursos de campanhas eleitorais. Com relação à aprovação da reforma, penso que o Senado e a Câmara precisam conversar, precisam entrar em acordo para aprovar os projetos de consenso. O que se vê é cada uma das Casas debatendo e aprovando propostas isoladas. Essa atitude, definitivamente, não é de quem quer mudar coisa alguma.

**Acesse no site de origem:** [Fim de doações ajuda mulheres na disputa eleitoral, diz Vanessa Gazziotin \(Vermelho, 22/03/2015\)](#)

---

## **[Na disputa eleitoral, silêncio diante do drama do aborto clandestino](#)**

**(El País, 28/09/2014)** *Apenas os partidos nancicos se posicionam a favor da descriminalização da interrupção da gravidez, enquanto mais duas mulheres morrem de forma trágica no Rio*

A poucos dias da disputa eleitoral na qual se decidirá o rumo que o Brasil vai tomar nos próximos quatro anos, a espinhosa questão do aborto permanece quase totalmente fora do debate político. O problema não é menor, pois, anualmente, incontáveis vidas são perdidas e dolorosas sequelas físicas e psicológicas são deixadas nas centenas de milhares de mulheres brasileiras que decidem abortar. Segundo os dados preliminares de um estudo realizado pelos pesquisadores Mario Monteiro e Leila Adesse, um mínimo de 685.334 e um máximo de 856.668

mulheres se submeteram, em 2013, a procedimentos ilegais de aborto. A pesquisa não revela, no entanto, quantas intervenções resultaram na morte da paciente, já que a clandestinidade e o obscurantismo definem este submundo do qual é quase impossível extrair números com um mínimo de precisão. A Organização Mundial da Saúde (OMS), no entanto, estima que a cada dois dias uma mulher brasileira morra vítima do aborto ilegal.

*Leia também: [Antropóloga critica ausência do debate sobre aborto nas eleições](#)*

Os recentes casos de Elizângela Barbosa, de 32 anos, e de Jandira Magdalena dos Santos Cruz, de 27, são sintomas de que, além de um gravíssimo problema de saúde pública, o aborto representa, ainda, no Brasil, um tabu social que transita na clandestinidade. Diante de uma população majoritariamente católica e evangélica (as duas religiões englobam 76% da população) e da ausência de um debate público nas últimas décadas, os partidos políticos brasileiros optam por olhar para o outro lado e não remexer em um assunto que poderia se voltar, perigosamente, contra seus interesses eleitorais.

Jandira, que estava grávida de quase quatro meses, saiu de sua casa, no bairro de Campo Grande, na zona Oeste do Rio de Janeiro, no dia 26 de agosto, acompanhada de seu ex-marido, para se submeter a um aborto clandestino. No dia seguinte, seu corpo, carbonizado, foi encontrado no interior de um carro, não muito longe de sua casa, em Guaratiba. As investigações preliminares concluíram que Jandira havia passado por um procedimento de aborto ilegal que resultou em sua morte. Os responsáveis pela intervenção cirúrgica arremataram a mórbida tarefa cortando as mãos e os pés da vítima, arrancando a arcada dentária e ateando fogo, para dificultar a identificação do corpo. No entanto, não conseguiram.

“Não posso dizer que sinto raiva, mas sim indignação pela maldade que fizeram com ela. Agora, a única coisa que queremos é dar um enterro digno à minha irmã, algo extremamente complicado pela burocracia que implica sepultar um corpo neste estado”, lamentou Joyce Liane dos Santos, que apesar da tragédia que vivida por sua família garante ser contra a descriminalização do aborto no Brasil. “Não apoio a legalização do aborto. Eu não apoiei minha irmã para que abortasse. Essas situações seriam evitadas com uma maior fiscalização por parte das autoridades e mais educação sobre métodos anticoncepcionais e planejamento familiar, sem liberar o aborto”, defendeu Joyce, que é devota de uma igreja evangélica. Segundo ela, Jandira “tinha se desviado do caminho da Igreja” e mantinha relações sexuais esporádicas com pessoas sobre as quais a família sabia pouco ou nada. A jovem estava separada, era auxiliar administrativa e ganhava cerca de 1.700 reais por mês, o suficiente para criar suas duas filhas de 8 anos e 11 anos.

A 60 quilômetros de Campo Grande, na cidade de Niterói, no dia 21 de setembro, o corpo de Elizângela Barbosa, mãe de três filhos, foi encontrado em uma vala. A mulher tinha se submetido, um dia antes, a um aborto clandestino pelo qual pagou 3.500 reais. A autópsia do cadáver encontrou um tubo de plástico na interior do útero, além de perfurações neste órgão e no intestino. O marido de Elizângela foi quem a acompanhou até ponto de encontro combinado com os responsáveis por realizar o procedimento, e pode receber uma denúncia penal por haver colaborado com a logística da operação. Os casos de Jandira e de Elizângela desencadearam, nos últimos dias, numerosas detenções de suspeitos e rios de tinta na imprensa carioca. No entanto, nenhum político se pronunciou, até agora, sobre a barbárie à qual as duas mulheres foram submetidas. E muito menos sobre os motivos que levam milhares de mulheres a optarem por esses dramáticos procedimentos ilegais.

O aborto clandestino, longe do que se possa pensar, é um problema da “mulher comum brasileira”, segundo a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) coordenada pela antropóloga e professora da Universidade de Brasília, Debora Diniz. De acordo com o estudo, publicado em 2010, e cujas conclusões, adotadas pela OMS, se mantêm inalteradas, uma a cada cinco mulheres brasileiras com menos de 40 anos se submeteu a um aborto. Ou seja, 20% das brasileiras em idade de gestação admitem terem abortado em algum momento do auge de sua vida fértil. “O aborto é algo comum na vida reprodutiva das brasileiras. No entanto, a legislação penal as ameaça com penas de prisão que raramente são cumpridas. Se essa lei fosse aplicada, haveria muitas mulheres na cadeia. Elas encontram subterfúgios para se esquivarem desta lei, mas isso não diminui a seriedade da situação, que gira entorno de uma grande hipocrisia”, disse Diniz.

A legislação brasileira contempla três hipóteses que justificam a prática de aborto por meios legais: uma gravidez que ponha em risco a vida da mãe, que seja consequência de um estupro ou na qual o feto apresente anomalias incompatíveis com a vida, como a anencefalia. Outro estudo, encabeçado por Diniz e publicado há pouco mais de um mês, mostra que muitas das vítimas de estupro que vão aos hospitais públicos para solicitar um aborto legal encontram inúmeros obstáculos por parte da equipe médica para que “sejam reconhecidas como verdadeiras vítimas”.

Rosângela Talib, coordenadora da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, organização que se declara afastada da doutrina predominante na Igreja Católica Apostólica Romana, opina que “estas mortes são perfeitamente evitáveis”. “A criminalização do aborto faz com que as mulheres mais pobres caiam com facilidade nestas situações trágicas. Com as ricas, isso não acontece tanto, já que podem viajar para o exterior ou abortar aqui em clínicas com melhores condições sanitárias. Achamos que é preciso legalizar o aborto, porque é uma questão de saúde pública”, defende.

Segundo a pesquisadora Leila Adesse, “quanto maiores forem as restrições, as censuras e o silêncio em relação ao aborto, maiores serão as possibilidades de que tragédias como as dos últimos dias ocorram. De quantas mortes a mais precisamos para tomar decisões?”, questionou. Essa é uma pergunta transcendental, que, sem dúvidas, muitos dos presentes se farão no enterro de Jandira Magdalena Santos Cruz, que terá seus restos carbonizados e desmembrados sepultados para sempre em um cemitério da deprimida zona norte do Rio.

*Francho Barón*

### **O que os candidatos prometem? Dilma Rousseff (PT)**

Na qualidade de presidenta da República (não como candidata à reeleição), defendeu recentemente a legalidade do aborto “por motivos médicos e legais” e sua realização em centros públicos de saúde, sem entrar em maiores detalhes. Em 2013, a presidenta sancionou a lei 12.845, na qual se estabelece a “urgente e obrigatoriedade” da interrupção da gravidez nos hospitais públicos, desde que se enquadre em um dos três pressupostos legais. A nova lei é pensada para facilitar o acesso ao aborto legal às mulheres vítimas de estupro. **Aécio Neves (PSDB)**

Declara-se contra a legalização do aborto e a favor da manutenção da legislação vigente, que só contempla três hipóteses nas quais as mulheres podem interromper a gravidez em hospital público: se sua vida correr perigo, se for vítima de estupro ou se o feto apresentar anencefalia. Como alternativa, Aécio aposta na prevenção e propõe investir em campanhas informativas e educativas para reduzir a gravidez indesejada.

### **Marina Silva (PSB)**

Declara-se veementemente contra o aborto “porque a sociedade brasileira sabe que esse é um problema complexo, que tem implicações morais, filosóficas e outras ligadas à espiritualidade”. No entanto, não se opõe a um debate público sobre o tema desde que seja realizado de forma respeitosa aos coletivos anti-aborto, em um aceno claro para a comunidade evangélica à qual pertence.

### **Eduardo Jorge (PV)**

Defende a legalização do aborto para eliminar os riscos dos procedimentos clandestinos. Para ele, descriminalizar o procedimento é “é acabar com uma lei medieval em pleno século 21”. Como deputado, apresentou o projeto de revogar a atual lei do aborto na Câmara dos Deputados duas vezes e foi derrotado.

### **Luciana Genro (PSOL)**

Considera o debate enviesado no Brasil, “porque a discussão que é feita é se você é favor do aborto. Eu acho que ninguém a favor do aborto”. Cita como possível caminho para o país a postura do Uruguai, que, ao descriminalizar o ato, zerou as mortes de mulheres e diminuiu o número de abortos.

F. B.

---

## **Candidata a presidente defende a legalização da maconha e do aborto**

**(Bem Paraná, 22/06/2014)** Por unanimidade, o PSOL oficializou neste domingo (22) a candidatura da ex-deputada Luciana Genro (RS) à Presidência da República nas eleições de outubro. Como vice, foi indicado Jorge Paes, membro do diretório paulista.

Como principais propostas de governo, Luciana afirma querer realizar uma ampla auditoria da dívida pública e uma reforma no sistema tributário brasileiro. Ela pretende ainda, levar para o debate eleitoral temas considerados polêmicos e por isso evitados pelos principais candidatos à Presidência. Luciana irá defender a descriminalização da maconha, a garantia dos direitos LGBT e a legalização do aborto como política pública de saúde.

“Eles não tem coragem de apresentar propostas concretas [...] Vamos demonstrar a insatisfação da juventude que foi às ruas com o sistema que vamos confrontar”, afirmou ao final da convenção do partido, realizada neste fim de semana em Brasília.

Evocando as manifestações de junho de 2013, Luciana afirma que os governos não atenderam às demandas apresentadas pelos manifestantes, como a melhora da saúde, da educação e do transporte público. “Temos a tarefa de apresentar nossas propostas de acordo com as jornadas de junho”, disse.

Questionada se seria “a voz das ruas”, disse que isso seria muita “pretensão”. “Seria muita pretensão dizer que somos a voz dessas manifestações, mas nós queremos dar voz para essas demandas que vieram das ruas no ano passado. São demandas que vêm do povo, da classe trabalhadora e que não foram atendidas pelos governantes”, disse.

Apesar de apoiar as manifestações, Luciana criticou os atos de vandalismo que continuam a ocorrer durante diversos protestos. “Nós não compartilhamos deste método porque ele afasta o povo das ruas. Afasta as pessoas e gera uma repressão policial na maior parte das vezes exagerada e a criminalização dos movimentos sociais”, disse.

A candidata afirmou ainda que as três principais candidaturas à Presidência - a reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT), a eleição do senador Aécio Neves (PSDB) e do ex-governador Eduardo Campos (PSB) - não representam nenhum tipo de mudança. “Embora diferentes, esses projetos não são antagônicos. São projetos burgueses que o PSDB representa com seu reacionário e retrocesso ao neoliberalismo puro, é o projeto do continuísmo representado pelo PT, é o projeto que fica no meio do caminho, do Eduardo Campos, que não sabe se quer continuar com o que está aí ou se quer retroceder ainda mais”, disse.

Luciana Genro, 43, foi duas vezes deputada estadual no Rio Grande do Sul e deputada federal também por dois mandatos. Ela é filha do governador gaúcho, Tarso Genro (PT), e está impedida de concorrer a cargos públicos no Estado devido ao parentesco.

O nome de Luciana foi referendado por 61 membros do diretório nacional e 27 representantes de diretórios estaduais do partido. Seu nome ganhou força dentro do partido após a desistência do senador Randolfe Rodrigues (AP) na semana passada.

## **AUSÊNCIAS**

Randolfe Rodrigues não participou da convenção nacional. Ontem, ele explicou à Folha que estava no Amapá cuidando de assuntos regionais. Apesar de afirmar não guardar nenhuma mágoa do partido por não ter conseguido viabilizar a sua candidatura à presidência, Randolfe criticou a forma como a sigla anunciou a sua desistência. A cúpula do PSOL divulgou uma nota na sexta-feira (13) informando sobre a saída do senador da disputa. No entanto, segundo Randolfe, havia um acordo para que o anúncio fosse feito por ele em uma carta na semana seguinte.

“O modus operandi do partido não foi muito educado. Achei que faltou elegância”, disse. “Minha candidatura não unificou a esquerda e não barrou a ofensiva conservadora. Por isso decidi sair. Me senti como o Vicente Del Bosque [técnico da seleção espanhola, eliminada na primeira fase da Copa do Mundo] depois de duas derrotas. Quando um técnico perde, coloca o cargo à disposição e foi isso que eu fiz”, disse.

Luciana minimizou a desistência do colega e afirmou que o partido está unido para enfrentar a disputa eleitoral. Durante a convenção, a ex-deputada convocou a militância para sair às ruas e fazer a sua propaganda já que o partido conta com apenas 50 segundos na propaganda de rádio e televisão. “Não temos dinheiro das grandes empresas e nem temos tempo de

propaganda, mas temos uma militância que faz campanha por ideal”, disse.

Acesse o PDF: [Candidata a presidente defende a legalização da maconha e do aborto](#)